

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/300042212>

# Teorias de desenvolvimento regional: Análise de um distrito agroindustrial no Brasil

Article in *Espacios* · November 2016

CITATIONS

0

READS

293

2 authors:



**Joana Castro**

Universidade Estadual de Goiás

10 PUBLICATIONS 3 CITATIONS

[SEE PROFILE](#)



**Claudiano Carneiro Cruz Neto**

Federal University of the Recôncavo of Bahia

15 PUBLICATIONS 1 CITATION

[SEE PROFILE](#)

Some of the authors of this publication are also working on these related projects:



Economic Valuation [View project](#)



Economia do Trabalho [View project](#)

# Teorias de desenvolvimento regional: Análise de um distrito agroindustrial no Brasil

## Regional development's theories: Analysis of an agro-industrial district in Brazil

Joana D'arc Bardella CASTRO 1; Claudiano Carneiro da Cruz NETO 2

Recibido: 23/11/15 • Aprobado: 15/12/2015

### Contenido

#### Introdução

1. A localização industrial
  2. Condições para consolidação de distritos industriais e polos de desenvolvimento.
  3. Aplicação dos índices de especialização e localização no DAIA
  4. Considerações finais
  5. Conclusões
- Referências

<p><b>RESUMO:</b></p> <p>O presente artigo objetivou efetuar revisão de literatura acerca das Teorias de Desenvolvimento Regional e realizar estudo de caso sobre o Distrito Agro Industrial de Anápolis. Buscou-se verificar e classificar os seus fatores produtivos. Foram calculados os índices de especialização e localização regional delineado por Walter Isard. O resultado apontou o DAIA como um Polo de Crescimento Regional. Os índices de especialização e localização revelaram alta especialização relativa do DAIA centrada na Indústria de Fármacos. O resultado do Coeficiente de Reestruturação demonstrou que a cidade onde se localiza o DAIA apresenta composição setorial semelhante a sua mesorregião Centro Goiano.</p> <p><b>Palavras-Chave:</b> Arranjos produtivos; Economia regional; Brasil.</p>	<p><b>ABSTRACT:</b></p> <p>This article aimed to make literature review on the Theories of Regional Development and carry out case study on the District Agro Industrial de Anapolis. Sought to verify and classify their productive factors. Specialization indices were calculated and regional location designed by Walter Isard. The result pulled the DAIA as one pole of Regional Growth. The indices of specialization and location revealed high specialization on the DAIA centered on Drug industry. The result of the Restructuring showed that the city where the DAIA presents sectoral composition similar to its Central region.</p> <p><b>Key words:</b> local productive systems; Regional economy; Brazil.</p>
---	--

## Introdução

As Teorias de Desenvolvimento regional e suas reflexões com ênfase nos fatores de Aglomeração produtivas tem destaque na literatura, sendo considerada ampla e diversificada em função das suas diferentes vertentes. O problema inerente a esse fato é a utilização de conceitos imprecisos que resultam em pesquisas empíricas muitas vezes equivocadas. Como tentativa de contribuir com a temática, o presente artigo teve por objetivo primário efetuar uma revisão de literatura acerca das Teorias de Desenvolvimento Regional, e secundariamente realizar estudo de caso sobre o Distrito Agro Industrial de Anápolis/GO - DAIA verificando como se comportam os fatores produtivos e como classificá-los segundo a literatura existente sobre arranjos produtivos.

O desenvolvimento dessa análise procura suprir a lacuna representada pela ausência de informações sistematizadas sobre o processo de aglomeração espacial de indústrias e suas implicações teórico-conceituais incorporada a análise empírica para que sirva de fonte de informação a novas políticas públicas mais efetivas que venha alavancar a indústria local/regional.

## 1. A localização industrial

As formulações teóricas da localização industrial datam do final do século XIX e se desenvolveram nos séculos subsequentes, condicionados pelo processo de desenvolvimento capitalista, com marcante influência do modelo de produção industrial Taylorista / Fordista. Duas correntes teóricas procuram explicar a questão locacional das empresas. A primeira considera que os consumidores se concentram em pontos discretos do espaço geográfico, com enfoque estático, não contempla a interdependência locacional e o regime de mercado é o da concorrência perfeita. As contribuições seminais foram deste grupo (Spinola, 2001; Von Thunen, 1966; Christaller, 1933; Weber, 1957).

A segunda corrente foi dividida em dois períodos, cujo enfoque é mais dinâmico. O primeiro admite a interdependência locacional, um regime de mercado de concorrência imperfeita (Lösch, 1954; Hotelling, 1929; Isard, 1956), estes denominados clássicos, aqui encerrando a década de 60 e o primeiro período. O segundo período surge por volta dos anos 80 com as questões regionais a exemplo das rápidas mudanças que caracterizaram os tempos de globalização capitalista. São representantes deste período a teoria dos polos de crescimento, a teoria da Causação Circular Cumulativa (Myrdal, 1957) e os Efeitos de Encadeamento para trás e para frente (Hirschman, 1958).

No entendimento de Fochezatto (2010), essas teorias enfatizam as interdependências setoriais como fator de localização das firmas, incorporando a ideia de economias externas e as interligações comerciais e tecnológicas mais dinâmicas na estrutura produtiva. Aqui se materializam as ideias dos distritos industriais de Marshall que apregoa que o que faz do distrito uma área especial é a natureza e a qualidade de seu mercado de trabalho, altamente flexível. Os fatores de aglomeração Marshalliana e a ideia de polo industrial de (Perroux, 1955) são capazes de modificar o meio geográfico imediato e até mesmo a estrutura de uma economia nacional por causa dos efeitos de intensificação das atividades econômicas devido ao surgimento e encadeamento de novas necessidades coletivas (Cavalcante, 2007).

O polo de desenvolvimento para (Perroux, 1967) só tem valor a partir do momento em que se torna instrumento de análise e meio de ação de política e sua implantação provoca uma série de desequilíbrios econômicos e sociais, pois distribui salários e rendimentos adicionais sem aumentar a produção local de bens de consumo, transfere mão de obra sem um novo enquadramento social, concentra investimentos e a inovação (Lima e Simões, 2009).

Em cidades secundárias a aglomeração industrial viabiliza políticas que promovam a capacidade tecnológica e a flexibilidade regional, a ampliação de sua capacidade em atrair novas atividades econômicas e o surgimento de diferentes meios que impulsionem o crescimento econômico regional (Coraggio, 1994).

Pode-se associar a tais preceitos a uma preocupação já existente no Brasil em décadas passadas. Não necessariamente em cidades secundárias, mas cidades de porte médio. Esta cidade é aquela detentora das melhores condições de vida por apresentarem menor índice de criminalidade, reduzindo o tempo para deslocamento casa-trabalho, menor nível de poluição atmosférica, aluguéis mais acessíveis, maior e mais próxima a oferta de áreas verdes, oferta de emprego e subemprego, infraestrutura básica, acesso à informação e melhores recursos educacionais (Amorim Filho e Serra, 2001)

### 1.1 Abordagens conceituais de distritos industriais, clusters e polo industrial.

O primeiro autor a usar o termo "distrito industrial", estudando as organizações das empresas sobre os aspectos locacionais e quanto a especialização na produção foi Alfred Marshall. Seu trabalho se ocupou de caracterizar os distritos locacionais sobre a ótica dos valores sócio culturais, o tipo de processo produtivo, a especificidade de recursos proporcionado pela região e as condições físicas dos locais, associando-se ainda a demanda para o produto.

A visão de Marshall para o distrito industrial não é apenas o resultado de uma mera aglomeração de pequenas empresas, mas também é necessária a presença de um sistema integrado formado por empresários e instituições que possam mesclar as firmas à comunidade local. As firmas, mesmo sendo

independentes, negociam conjuntamente preços de matérias primas e a inserção do produto no mercado. Criada a atmosfera industrial, novas ideias são disseminadas, forma-se uma base de quem comunga o mesmo ideal no distrito.

A firma parece ser entendida como uma unidade de valorização de capital de autonomia decisória para definir e programar suas estratégias de longo prazo. A competência de uma firma revela-se não só pela sua eficiência em produzir (comercializar bens e serviços), mas por incorporar rotina de aprendizagem e definir estratégias capazes de ancorar inovações (Baptista, 2000).

O sucesso do distrito se baseia nos métodos de produção e localização (Freeman, 1994; Roelandt e Hertog, 1999). Alia-se também o esforço realizado em termos de refazer a formação profissional com o conhecimento pluritécnico "a capacidade das pequenas firmas em desenvolver novos produtos e inventar novas técnicas está aumentada ao mesmo tempo pela proximidade e pela estreita colaboração entre operários qualificados e técnicos dentro de cada firma" (Brusco, 1982: 178).

Os distritos mais simples se caracterizam-se por uma única atividade setorial, enquanto os mais complexos agrupam vários, na maioria complementares à sua especialização (Pyke, Becattini e Sengenberger, 1990). Além das diferenças devidas às características locais próprias, os distritos apresentam alguns traços comuns. "Uma especialização setorial forte, um sistema produtivo essencialmente de PMes (Pequenas e médias empresas) interdependentes, uma forte concentração espacial da produção num município ou num grupo de municípios, um peso importante na produção ou nas exportações nacionais" (Raud, 1999: 28).

Conceitua-se distritos respectivamente como centro-radial, plataforma industrial, satélite com suporte do Estado. No distrito as unidades industriais mais importantes funcionam como eixos da economia regional, congregando em torno de si outras unidades correlatas. Como exemplos são apresentados os casos da Toyota (Japão) e Boeing (USA). Esses distritos promovem o desenvolvimento regional, pois são afastados dos centros urbanos e, normalmente, construídos pelo poder público (Souza, 1995; Cassiolato, 1999).

O distrito industrial pode ser visto como uma entidade sócio territorial caracterizada pela presença ativa de comunidade de pessoas e de uma população de empresas num determinado espaço geográfico e histórico. Ao invés do que acontece noutros tipos de lugares, como por exemplo, as cidades industriais, tende a criar-se uma osmose perfeita entre a comunidade local e as empresas (Benko, 1994).

Os distritos vêm ganhando projeção nos últimos anos e adquirindo vida própria sobre diversas denominações como *tecnópolis*, polos tecnológicos e parques tecnológicos. A ideia precípua de distrito tem evoluído, saiu de um crescimento extensivo baseado em baixos salários e passou para um crescimento intensivo baseado na redução dos empregados, no aumento dos investimentos e na melhoria da produtividade (Bagnasco, 1988). Contudo, a consciência comunitária e a deterioração do meio ambiente pela poluição industrial, ainda exerce papel secundário nessa evolução de pensamento.

No Brasil a implantação do parque tecnológico teve início na década de 80 e seguindo modelo adotado nos Estados Unidos e Europa. O planejamento e a iniciativa ocorreram no Estado de São Paulo e ao lado das universidades nas cidades de São Carlos, Campinas e São José dos Campos. Todas essas iniciativas contaram com o forte respaldo governamental em termos de recursos financeiros, linhas de financiamentos para as empresas e formação de recursos humanos.

O desenvolvimento desses empreendimentos pressupõe a disponibilidade local de fatores como: existência de massa crítica, infraestrutura de apoio tecnológico, grande número de fornecedores e redes de distribuição, disponibilidade de recursos para Pesquisa e Desenvolvimento, investimento de capital, força de trabalho qualificada, elevado padrão de qualidade de vida e custos relativos favoráveis de determinados negócios. A carência desses fatores limita a expansão das *tecnópolis*, polos e parques tecnológicos (Spinola, 2001).

Outro aspecto importante que vale ressaltar acerca dos Distritos industriais é o fato de que estes são frequentemente caracterizados como fortes redes de territorialização e redes de mercados internacionalizados, tornando-se oportunidade para a implementação de políticas de apoio a distritos competitivos. Observe que os distritos são como "aglomerações geográficas e setoriais de pequenos e médios produtores que se destacam pelo alto grau de especialização produtiva e pela alta flexibilidade" (Souza, 1995: 316), como redes locais de negócios onde um denso tecido social baseado em normas e valores culturais compartilhados e uma elaborada rede de instituições facilitam a disseminação de conhecimento e inovação (Altenburg e Meyer-Stamer, 1999; Suzigan, 2000).

Na década 80 vários estudos de caso sobre industrialização e desenvolvimento local foram relatados (Piore e Sabel, 1983; 1984; Scott e Storper, 1986; Garofoli, 1989; Becattini, 1987; 1989; Brusco, 1990; Schmitz e Musyck, 1994). Ocorre a atualização teórica do conceito de Marshall e propostas de desenvolvimento local e regional baseadas no regime de especificação flexível com tecnologias flexíveis e em novas formas de comunidades industriais (Amaral Filho, 2001).

Não há uma definição consensual sobre a noção de clusters industriais. O termo é bastante utilizado indiscriminadamente para uma ampla gama de negócios e arranjos. No seu sentido mais lato, o termo "clusters" apenas retrata concentrações locais de certas atividades econômicas (Altenburg e Meyer-Stamer, 1999). Mas o que se pode observar que por mais dispare que possa ser uma definição em comum está a concentração geográfica das atividades produtivas e o relacionamento sistemático entre empresa, governo e instituições não governamentais. O Cluster de forma genérica é como uma concentração geográfica e setorial de empresas (Schmitz, 1997).

Os clusters como uma nova forma de organização industrial voltada para maior cooperação entre as empresas, operando em determinada cadeia produtiva como elemento original de elaboração de políticas industriais eficientes. Ele considera somente as pequenas e médias empresas que, efetivamente trabalham dentro da cadeia produtiva (Amato Neto, 2000).

Chama-se o adensamento de empresas e instituições de uma mesma cadeia produtiva em uma determinada região de Cluster. Este aglomerado se beneficia das economias de proximidade, interagindo de forma mais dinâmica, tanto de forma competitiva, quanto de forma cooperativa, criando a competição local, que impulsiona e sustenta a sua competitividade. Um cluster já desenvolvido pode incluir fornecedores especializados em componentes, máquinas e serviços, bem como empresas de distribuição, de pesquisa e de capacitação tecnológicas dedicadas ao seu negócio. À medida que um cluster se desenvolve, ele deixa de depender das vendas de seu produto ou serviço principal, para exportar serviços, máquinas, componentes, design, pesquisa e tecnologia (Porter, 1990; 2000).

Cluster é caracterizado como um grupo de firmas, indústrias correlatas e instituições especializadas que estão interligadas verticalmente (compradores e fornecedores) e horizontalmente (clientes comum, tecnologia, canais de comércio) em uma localidade onde existam condições para o pleno desenvolvimento de sua produtividade (Porter, 1990). Mas é possível ir além ao dizer que a concepção de um cluster é holística, pois envolve um processo de desenvolvimento integrado a um conjunto de atividades produtivas interdependentes tecnologicamente e espacialmente (Haddad, 1999). É composta por diferentes segmentos produtivos com escalas e sinais de produção muito diversificados. O cluster não pode abraçar todo conjunto de atividades num mesmo espaço relevante, em especial, quando se consideram as possibilidades de suprimento e beneficiamento em escala internacional.

A definição de APL que se segue, surge na Economia Neo-Schumpeteriana ou Neo-Evolucionista, sendo concebido a partir da conceituação de sistemas de inovação. Em linhas gerais, trata-se de um sistema composto por elementos e suas relações, nos quais as diferenças históricas e culturais terminam por implicar em resultam reações referentes à cada "organização interna das empresas, articulações entre elas e outras organizações, características sociais, econômicas e políticas do ambiente local, papel das agências e políticas públicas e privadas, do setor financeiro, etc." (Cassiolato e Lastres, 2003: 24)

A interessante definição de Arranjos Produtivos Locais vem da Rede de Pesquisa de Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (Redesist, 2003: 5). Em síntese a definição diz que APL são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais que demonstram vínculos ainda que estes sejam recentes. Podem envolver a participação, bem como a interação de empresas (produtoras de bens e serviços finais ou até mesmo fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços finais, comercializadoras, clientes, entre outros). Acrescente ainda a participação instituições públicas e privadas, voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos, pesquisa, desenvolvimento e engenharia, política, promoção e financiamento.

Quadro 1 - Características apresentadas pelos arranjos produtivos e seus autores

Características	Distrito	Cluster	Parque Industrial	Polo	Autor e ano de Publicação
Boas condições de competitividade	X				Marshall, 1982;
Alcance do mercado externo	X				Marshall, 1982;
Presença de crédito local	X				Marshall -1982

Grande diversidade de empresas e tradição industrial	X				Becatini, 1994; Rauld, 1999.
Pequenas/médias empresas com o crescimento pautado em sua própria demanda.	X				Becatini, 1994; Rauld, 1999
Presença do suporte do Estado Infra estrutura, apoio tecnológico P&D e rede de distribuição.	X	X	X		Markusen, 1995; Souza, 1995; Lastres e Cassiolato, 1999; Porter, 1998; Spinola, 2001; Marshall, 1920.
Crescimento intensivo, melhoria da produtividade			X	X	Bagnasco, 1988; Perrox, 1995
Presença de mão de obra qualificada e elevado padrão de qualidade de vida			X		Spinola, 2001; Souza, 1995; Amorin Filho e Serra, 2001.
Forte rede de territorialização			X		Souza, 1995; Altenburg e Meyer Stamber, 1999.
Diferentes segmentos produtivos			X	X	Haddad, 1999; Schmitz, 1997
Proximidade com universidades e instituições				X	Garcia e Souza, 1995; Porter, 1990
Cidades secundárias com capacidade tecnológica ampliada				X	Schmitz, 1997; Coraggio 1994
Concentração Geográfica			X		Lastres e Cassiolato, 2003; Schmitz, 1997
Existência de condições de spillover tecnológico	X	X		X	Marshall, 1920; Krugman, 1991; Porter, 1990.
Grande relevância dos meios de transporte e comunicação				X	Porter, 1990; Freeman, 1994

## 2. Condições para consolidação de distritos industriais e polos de desenvolvimento

O presente item procura explicar como os distritos adotam tecnologia, e como estas são capazes de gerar resultados positivos numa economia local e regional. Busca-se mostrar como os polos conseguem reduzir custos, melhorar a inserção do produto no mercado e dinamizar a competitividade industrial. Em (Thomas, 1979; Dahlman, 1984; Nelson e Rosenberg, 1998; Hansen, 2001) as pessoas tem seus conhecimentos e habilidades ampliadas através do aumento da capacidade tecnológica. Configura-se uma maior eficiência dos recursos humanos, envolvendo educação formal, treinamento de pessoal, experiência e esforços específicos para obter, adaptar, melhorar ou criar tecnologia.

Numa economia capitalista toda a lógica de decisão e ação econômica deve ser aprendida a partir da predominância da busca de valorização. O fato de que os novos mercados devem ser conhecidos dos dirigentes da firma, "o saber tecnológico representa trunfos a facilitar e estimular sua diversificação, assim os ativos intangíveis que representam as vantagens competitivas em um determinado mercado pode sê-lo em mercados próximos e penetrar nestes últimos" (Possas, 2001: 7). Além da noção de concorrência associada à ideia de inovação que, segundo (Schumpeter, 1982) é à base do progresso econômico, "o padrão locativo de cada economia não é neutro do ponto de vista de sua capacidade de induzir crescimento e geração de renda" (Baptista, 2000: 18).

Ao integrar no mercado com ausência de barreiras pode-se ganhar na competição de determinados produtos. Participar do mercado nacional aberto significa "abrir o mercado regional". O efeito do bloqueio significa que podem atingir bens industriais produzidos na região para atendimento da demanda regional e nacional, ou bens ainda não produzidos na região (mas que poderão vir a sê-lo). As barreiras existentes num polo podem ser: "plantas com grandes economias de escala; plantas com grande requisito de capital, raramente disponível na periferia; plantas planejadas para operar como escala do mercado nacional e plantas com apreciável capacidade ociosa" (Cano, 1998: 81).

Trata-se de razão precípua o papel do Estado, facilitador, provedor de infraestrutura e mecanismos de regulação, não obstante, permitindo o desenvolvimento das formas organizacionais que sejam mais bem adaptadas às firmas, ao tipo de inovação, a indústrias e aos seus ambientes específicos (Robertson, 1995). Os sucessos dos distritos e polos dependem das transferências governamentais para as empresas, tratando-se de contribuições a fundos perdidos, crédito bonificado, fiscalização dos encargos sociais, dos fundos de dotação das empresas com participação pública, isenções de encargos sociais.

A infraestrutura pesada como energia, transporte, telecomunicações, abastecimento de água e outros, é um desafio, principalmente para o Estado, por causa dos maciços investimentos. A intervenção pública cria externalidades para o capital privado (redução de custos de transação, de produção e de transporte, acesso a mercados). Aliado a isso novas estratégias globais de desenvolvimento com o objetivo de evitar enclaves, devem amparar as regiões polos e os efeitos multiplicadores aglutinarão fatores e novas atividades econômicas, com vistas à vocação da região como disponibilidade de recursos naturais ou a existência de atividades típicas locais (Amaral Filho, 1996).

Um polo para crescer em longo prazo, com produtividade e competitividade, distribuição de renda e impacto ambiental reduzido, deve ter incorporado outros fatores de produção, tais como: capital humano (educação, saúde e segurança alimentar), ciência e tecnologia, pesquisa e desenvolvimento, conhecimento e informação, instituições (publicasse privadas, visíveis e invisíveis) e meio ambiente - minimização ou eliminação da produção de poluição e uso racional de recursos – (Amaral Filho, 1996). O crescimento acontece com o surgimento de novas indústrias e o desaparecimento de outras e aquelas que permanecem tem sua importância alterada [3]. "A amarga verdade é esta: o crescimento não aparece em toda parte ao mesmo tempo, manifesta-se em pontos ou polos de crescimento com intensidades variável; definindo-se por meio de diferentes cais com distintos efeitos" (Perroux, 1955: 7).

Quanto aos meios de transporte, sua carência ao integrarem as regiões constitui barreiras à competição inter-regional. O alto custo favorece a instalação e funcionamento de indústrias servindo o mercado mais regionalizado. Enquanto não houver redução das tarifas e os custos de produção do bem, permitindo margens mínimas de lucros, a produção do polo estará a salvo e os efeitos da destruição não se farão sentir. Nas teorias de localização (Weber, 1957; Isard, 1956) reconhecem que o custo de transportes não é o elemento determinante da localização, mas que exerce papel importante quando a relação frete e custos totais são elevados e quando a relação varia entre diferentes pontos (Richardson, 1981). Os polos de crescimento irradiam transformações produtivas para economia e os *clusters* têm auxiliado as pequenas empresas na superação de barreiras para o crescimento e no alcance de mercados distantes no país e no exterior (Igliori, 2010).

## 3. Aplicação dos índices de especialização e localização no DAIA

O setor industrial de Anápolis concentra-se no DAIA, está situado na área periférica da sede municipal, cerca de 5 km a sudeste, com área de 949,75 ha. No contexto nacional, está situado dentro das áreas de influência dos principais mercados consumidores da região central do País, representada por

Brasília, Goiânia, Anápolis e Triângulo Mineiro. A área é favorecida por infraestrutura rodoferrviária que a liga aos demais mercados nacionais, bem como aos principais portos exportadores da região sudeste: Vitória, Rio de Janeiro, Sepetiba e Santos.

O processo de implantação do DAIA contou com articulações da Classe empresarial através da Associação comercial e Industrial de Anápolis - ACIA, parecer técnico-econômico da Comissão Estadual das Bacias Paraná-Uruguai- CBPU, Secretaria da Indústria e comércio do Estado de Goiás - SIC. O financiamento do Estado veio através do Fundo de Desenvolvimento Industrial - FDI, Fundo Constitucional do Centro- Oeste - FCO, Créditos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDS concedido aos empresários, incentivos da Superintendência de Desenvolvimento do Centro - oeste - SUDECO, incentivos como FOMENTAR - Fundo de participação Fomento a Industrialização do Estado de Goiás, que foi substituído pelo PRODUIR - Programa de Desenvolvimento Industrial do Estado de Goiás, em 2000. SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia e SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus, e SUDENE- Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.

### 3.1 Cálculo dos Índices de localização e especialização

Com os dados fornecidos pela RAIS, elaborou-se índices de especialização para os diversos segmentos industriais da região de Anápolis, com microrregião composta de 20 municípios e também a comparando ao Estado de Goiás. O índice de especialização (1) utilizado foi desenvolvido por (Haddad, 1999) sendo testado e aceito a sua eficiência por Suzigan (2000), quando a usado para Franca - SP.

$$I_i = \frac{NL_{i,A} / \sum_{i=1}^n NL_{i,A}}{NL_{i,GO} / \sum_{i=1}^n NL_{i,GO}} \quad (1)$$

Onde:

$NL_{i,A}$  = Número de empregados no setor i na microrregião A;

$\sum_{i=1}^n NL_{i,A}$  = Número de empregados em todos os setores microrregião A

$NL_{i,GO}$  = Número de empregados no setor i no estado de Goiás

$\sum_{i=1}^n NL_{i,GO}$  = Número de empregados em todos os setores no estado de Goiás.

Este índice indica a especialização relativa de uma dada região em determinada indústria por meio da comparação entre o grau de concentração dessa indústria na estrutura local e o grau de concentração da mesma indústria na estrutura industrial do Estado de Goiás. Assim quanto maior o índice maior a especialização local. E os resultados estão na Tabela 1.

Para o cálculo do Índice de especialização relativa da Microrregião de Anápolis, exigiu-se o levantamento do número de empregados por subsetor na microrregião e em todo o estado goiano. Os valores revelam que a maior especialização relativa centra-se no subsetor de Material de Transporte, seguida no subsetor da Indústria Química e Indústria Têxtil. Interessa ver que o subsetor Material de transporte não possui o maior contingente de empregados, no entanto apresenta a maior participação relativa no total de empregos do estado goiano. Ao olhar para o número absoluto de empregos a classificação seria diferente, pois subsectores mais representativos são Administração Pública, Comércio Varejista e Alimentos e Bebidas.

**Tabela 1** – Goiás - Anápolis e Microrregião - Número de empregos formais por subsetor e índice de especialização em 2012

Subsetor	Anápolis	Microrregião	Goiás	Índice Especializ
Extrativa mineral	71		164	9.224
Prod. Mineral não metálico	1.433		2.390	14.576
Indústria metalúrgica	1.637		1.821	13.325
Indústria mecânica	1.234		1.282	7.135
Elétrico e comunicação	124		130	1.606
Material de transporte	1.905		1.909	6.784
Madeira e mobiliário	885		945	9.952
papel e gráfico	1.240		1.274	9.811
borracha, fumo e couro	354		452	7.379
Indústria química	9.368		10.434	44.276
Indústria têxtil	2.600		7.179	31.196
Industria calçados	58		91	2.082
alimentos e bebidas	5.909		10.007	88.361
serviço utilidade pública	731		809	10.251
Construção civil	7.835		8.506	91.219
Comercio varejista	15.470		20.131	244.657
Comércio atacadista	5.630		6.301	46.619
Instituição financeira	1.089		1.334	17.554
Adm. Técnica profissional	4.455		5.070	123.949
transporte e comunicações	5.092		5.948	61.383
aloj comunicação	6.708		8.283	121.231
médicos odontológicos e veterinários	3.485		3.837	38.664
Ensino	3.279		3.765	47.566
Adm Pública	13.492		20.894	314.334

Agricultura	905	4.242	86.931
<b>Total</b>	<b>94.989</b>	<b>127.198</b>	<b>1.450.065</b>

Fonte: Ministério do Trabalho, RAIS – 2002- 2012.  
Elaboração: os autores, 2013

A estrutura de emprego na Microrregião de Anápolis apresentou alteração entre os anos de 2002 e 2012, impulsionado em boa parte pelo aumento da participação dos subsetores da Indústria Química, Alimentos e Bebidas e Construção Civil (Tabela 2). O Comércio Varejista e a Agricultura caminharam em sentido contrário, uma vez que sofreram forte retração. O grau da mudança na especialização desta região foi obtido pelo Coeficiente de Reestruturação, 0,383. A alteração ocorrida não parece significativa, uma vez que o valor máximo é de 1, mas esta alteração ocorreu em um período curto (dez anos) de tempo.

**Tabela 2** - Estrutura Setorial dos empregos formais por subsetor 2002-2012.  
(Subsetores selecionados)

Subsetor	Microrregião Anápolis		Microrregião Anápolis (%)		Variação (%)
	2002	2012	2002	2012	
Extrativa Mineral	9	164	0,1	0,1	0,00
Prod. Mineral não Metálico	92	2.390	1,3	1,9	0,57
Indústria Metalúrgica	53	1.821	0,8	1,4	0,68
Indústria Mecânica	11	1.282	0,2	1,0	0,85
Elétrico e Comunic	9	130	0,1	0,1	0,03
Material de Transporte	22	1.909	0,3	1,5	1,19
Madeira e Mobiliário	67	945	1,0	0,7	0,21
Papel e Gráf	44	1.274	0,6	1,0	0,38
Borracha, Fumo, Couros	32	452	0,5	0,4	0,10
Indústria Química	97	10.434	1,4	8,2	6,82
Indústria Têxtil	344	7.179	4,9	5,6	0,75
Indústria Calçados	11	91	0,2	0,1	0,09
Alimentos e Bebidas	242	10.007	3,4	7,9	4,42
Serviço Utilidade Pública	28	809	0,4	0,6	0,24
Construção Civil	238	8.506	3,4	6,7	3,30
Comércio Varejista	2.308	20.131	32,9	15,8	17,03
Comércio Atacadista	304	6.301	4,3	5,0	0,63
Instituição Financeira	90	1.334	1,3	1,0	0,23
Adm Técnica Profissional	398	5.070	5,7	4,0	1,68
Transporte e Comunicações	224	5.948	3,2	4,7	1,49
Aloj Comunic	630	8.283	9,0	6,5	2,46
Médicos Odontológicos Vet	327	3.837	4,7	3,0	1,64
Ensino	131	3.765	1,9	3,0	1,09
Administração Pública	35	20.894	0,5	16,4	15,93
Agricultura	1.278	4.242	18,2	3,3	14,86
<b>Total</b>	<b>7.024</b>	<b>127.198</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	

Fonte: Ministério do Trabalho, RAIS – 2002- 2012.  
Elaboração do próprio autor

Quociente Locacional (2) compara a participação percentual de uma região em um setor particular com a participação da mesma região no total do emprego da economia nacional. Se o valor do quociente for maior que 1, isto significa que a região é relativamente mais importante, no contexto nacional, em termos de setor, do que em termos gerais de todos os setores.

$$QL_{ij} = \frac{E_{ij}/E_i}{E_{.j}/E_{..}} \text{ Quociente locacional do setor } i \text{ na região } j \quad (2)$$

Coeficiente de localização (3) relaciona a distribuição percentual de emprego num dado setor entre as regiões com distribuição percentual do emprego total nacional entre as regiões. Se o valor do coeficiente for igual a zero, o setor i estará distribuído regionalmente, da mesma forma que o conjunto de todos os setores. Se o valor aproxima de 1, ele demonstra que o setor i apresenta padrão de concentração regional mais intenso do que o conjunto de todos os setores

$$CL_{i=} = \frac{\sum_j (1/j^e i - j^e . 1)}{2} \text{ Coeficiente de localização do setor } i \quad (3)$$

Os valores encontrados em 16 subsetores (Tabela 3) corroboram com a observação de Haddad (1989) que diz que quando o valor quociente for maior do que 1, a participação percentual dos subsetores do local (Anápolis) no estado (Goiás) é relativamente mais importante em termos de subsetor, do que em termos gerais de todos os subsetores. Ao expandirmos a análise para o País, como esperado, a importância de Anápolis é sensivelmente

diminuída, uma vez que apenas 10 subsetores alcançam quociente superior a 1. E o mais significativo é a indústria química, promotora de um polo de crescimento (5,01).

**Tabela 3** – Brasil, Goiás, Anápolis - Número de empregos formais por subsetor e o quociente locacional – 2012.

Subsetor	Anápolis	Goiás	Brasil	Quociente Locacional Anápolis em relação a Goiás	Quociente Locacional Anápolis em relação ao Brasil
Extrativa mineral	71	9.224	259.297	0,12	0,14
Prod. Min. não metálico	1.433	14.576	448.671	1,50	1,60
Indústria metalúrgica	1.637	13.325	812.455	1,88	1,01
Indústria mecânica	1.234	7.135	628.272	2,64	0,98
Elétrico e comunicação	124	1.606	310.541	1,18	0,20
Material de transporte	1.905	6.784	600.843	4,29	1,58
Madeira e mobiliário	885	9.952	485.421	1,36	0,91
papel e gráfico	1.240	9.811	408.885	1,93	1,52
borracha, fumo e couro	354	7.379	335.042	0,73	0,53
Indústria química	9.368	44.276	934.633	3,23	5,01
Indústria têxtil	2.600	31.196	1.011.714	1,27	1,28
Indústria calçados	58	2.082	334.055	0,43	0,09
alimentos e bebidas	5.909	88.361	1.837.796	1,02	1,61
serviço utilidade pública	731	10.251	423.277	1,09	0,86
Construção civil	7.835	91.219	2.832.570	1,31	1,38
Comercio varejista	15.470	244.657	7.697.920	0,97	1,00
Comércio atacadista	5.630	46.619	1.528.235	1,84	1,84
Instituição financeira	1.089	17.554	839.389	0,95	0,65
Adm. Téc. profissional	4.455	123.949	5.261.738	0,55	0,42
Transp. e comunicações	5.092	61.383	2.617.423	1,27	0,97
aloj comunicação	6.708	121.231	4.036.267	0,84	0,83
médicos odont. e vet.	3.485	38.664	1.704.839	1,38	1,02
Ensino	3.279	47.566	1.707.729	1,05	0,96
Adm Pública	13.492	314.334	8.937.443	0,66	0,75
Agricultura	905	86.931	1.464.257	0,16	0,31
<b>Total</b>	<b>94.989</b>	<b>1.450.065</b>	<b>47.458.712</b>	-	-

Fonte: Ministério do Trabalho, RAIS – 2002- 2012.

Elaboração do próprio autor

Em 2012, considerando todos os subsetores, o município de Anápolis possuía 94.989 empregos. Desse total, 18.544 foram originados do DAIA. Destaca-se o fato de que somente a indústria de Fármacos foi o responsável por 9.132 empregos. Com base nesses dados o Índice de Especialização encontrado para a indústria de Fármacos foi 4,99. O valor revela uma alta especialização relativa do Distrito Agroindustrial de Anápolis centrada na Indústria de Fármacos. Com esses valores setoriais do IBGE, se corrobora a observação de Haddad (1999), pois o valor do quociente foi maior do que 1 em quatro setores. Nesses setores, Anápolis é relativamente mais importante em termos de setor, no estado, do que em termos gerais de todos os setores. Destaca-se o valor no setor de Indústria química, e quando analisado em relação ao Brasil, a importância relativa desse setor aumenta para 5,01.

**Tabela 4** - Anápolis e Mesorregião - Número de empregos formais e participação por subsetor - 2012.

Subsetor	Anápolis	Mesorregião	Percentual Subsetor em Anápolis - A	Percentual Subsetor na Mesorregião - B
Extrativa mineral	71	221	0,075%	0,03%
Prod. Mineral não metálico	1.433	3.635	1,51%	0,51%
Indústria metalúrgica	1.637	5.353	1,72%	0,75%
Indústria mecânica	1.234	2.903	1,30%	0,41%
Elétrico e comunicação	124	1.013	0,13%	0,14%
Material de transporte	1.905	3.493	2,01%	0,49%

Madeira e mobiliário	885	4.459	0,93%	0,63%
papel e gráfico	1.240	4.635	1,31%	0,65%
borracha, fumo e couro	354	2.975	0,37%	0,42%
Indústria química	9.368	17.537	9,86%	2,46%
Indústria têxtil	2.600	15.404	2,74%	2,16%
Indústria calçados	58	1.699	0,06%	0,24%
alimentos e bebidas	5.909	19.668	6,22%	2,76%
serviço utilidade pública	731	6.970	0,77%	0,98%
Construção civil	7.835	55.074	8,25%	7,73%
Comércio varejista	15.470	110.776	16,29%	15,54%
Comércio atacadista	5.630	27.958	5,93%	3,92%
Instituição financeira	1.089	10.837	1,15%	1,52%
Adm. Técnica profissional	4.455	79.658	4,69%	11,17%
transporte e comunicações	5.092	31.086	5,36%	4,36%
aloj comunicação	6.708	65.490	7,06%	9,19%
médicos odontológicos e veterinários	3.485	27.075	3,67%	3,80%
Ensino	3.279	31.698	3,45%	4,45%
Adm Pública	13.492	178.846	14,20%	25,09%
Agricultura	905	4.418	0,95%	0,62%
<b>Total</b>	<b>94.989</b>	<b>712.881</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Ministério do Trabalho, RAIS, 2002 - 2012.  
Elaboração do próprio autor

Com os dados da Tabela 4 calcula-se o Coeficiente de Especialização de 0,213, inferindo que a estrutura produtiva de Anápolis apresenta uma composição setorial semelhante a sua mesorregião Centro Goiano. A semelhança não é total, mas razoavelmente significativa. Num caso de semelhança total teríamos um coeficiente de especialização com o valor de zero.

O Quadro 2 apresenta características discutidas no texto sobre distritos, clusters, polo e parque industrial e seus respectivos autores. Foram marcadas as características que estão presentes no DAIA, e que servem para designar a luz das teorias científicas o que é hoje o DAIA. Uma vez este não se caracteriza como um distrito, inexistente na sua formação interação entre empresas e comunidade local, característica dos distritos Marshalianos. A mão de obra não era qualificada para atividade industrial [4]. Esse tema foi discutido por Castro (2004) e Cunha (2010), porém, nesses trabalhos não foi sugerido nenhuma classificação. Do aglomerado de empresas que constituiu o DAIA inicialmente, até a formação do Arranjo farmacêutico em 1999, passou a caracterizar-se como polo de crescimento regional, a partir da instalação do Instituto de Gestão Tecnológica Farmacêutica, Estação aduaneira do Interior, Porto Seco Centro Oeste S/A e o Centro de Educação Profissional de Anápolis.

**Quadro 2 – Características apresentadas pelo DAIA segundo alguns autores.**

Características	Distrito	Cluster	Parque Industrial	Polo	Autores
Boas condições de competitividade	X	X	X	X	Luz, 2009; Castro, 2004; Santos, 1999
Alcance do mercado externo	X	X	X	X	Castro, 2004; Cunha, 2010
Presença de crédito local	X	X	X	X	Castro, 2004; Luz, 2009; Cunha, 2010.
Grande diversidade de empresas e tradição industrial			X	X	Santana, 2005; Castro e Silva, 2012
Peq. e médias empresas com crescimento pautado em sua própria demanda.				X	Prado 2007; Cunha, 2010
Presença do suporte do Estado		X	X	X	Castro, 2004; Freitas, 2004; Luz, 2009;
Crescimento intensivo, melhoria da produtividade		X	X	X	Cunha, 2010
Infraestrutura, apoio tecnológico P&D e rede de distribuição		X	X	X	Castro, 2004; Luz, 2009; Cunha, 2013
Presença de mão de obra qualificada e elevado padrão de qualidade de vida	X		X	X	Castro e Silva, 2012
Forte rede de territorialização	X	X	X	X	Freitas, 2004; Dias, 2007; Luz, 2009
Diferentes segmentos produtivos		X		X	Castro, 2004; Luz, 2009; Cunha, 2010
Proximidade com universidades e instituições	X	X	X	X	Oliveira e Castro, 2009; Oliveira, 2010

Cidades secundárias com capacidade tecnológica ampliada				X	Luz, 2009; Cunha, 2010
Concentração Geográfica	X	X	X	X	Luz, 2009; Cunha, 2010
Existência de condições de <i>spillover</i> tecnológico		X		X	Castro, 2004 Cunha, 2010; Dias, 2010
Grande relevância dos meios de transporte e comunicação		X		X	Santana, 2005, Oliveira, 2010.

Fonte: Elaborado pelos autores.

#### 4. Considerações finais

O DAIA não se caracteriza como um distrito. Inexiste na sua formação uma íntima interação entre empresas e comunidade local, característica dos distritos Marshallianos. A mão de obra não era qualificada para atividade industrial. A cidade era fortemente votada para o setor de serviços. As indústrias existentes eram olarias, matadouros, fábrica de refrigerantes, marcenaria, fiação, beneficiadoras de arroz, café e algodão para produção local e regional. A produção no DAIA foi majoritariamente voltada para abastecimento local, as indústrias não contemplaram a vocação existente, o que distanciou o DAIA da definição teórica de valorização das indústrias endógenas. Soma-se a insuficiência na oferta de crédito local, agravado pelos altos juros sobre os recursos disponíveis. Baixa oferta de recursos intensivos em tecnologia associado e ausência de crescimento pautado na dinâmica já existente, inexistiu a figura das indústrias que estruturariam o distrito como um "Centro Radial".

O Estado de Goiás apoiou via incentivos fiscais, mas sem instalar uma entidade pública não lucrativa. Esse tema foi discutido por (Castro, 2004; Cunha, 2010), porém, nesses trabalhos não foi sugerido nenhuma classificação. Do aglomerado de empresas que constituiu o DAIA inicialmente, até a formação do Arranjo farmacêutico em 1999 o DAIA passa a se caracterizar como polo de crescimento regional. Confirmando a presença do polo apresentamos a instalação do Instituto de Gestão Tecnológica Farmacêutica - IGTf, a Estação aduaneira do Interior - EADI - Porto Seco Centro Oeste S/A e o Centro de Educação Profissional de Anápolis - CEPA, aqui se materializa a ideia da presença e instalação de novos centros de formação e qualificação de mão-de-obra apresentada por (Altenburg e Stamer, 1999).

#### 5. Conclusões

Segundo de acordo as considerações iniciais, o presente artigo realizou a revisão de literatura acerca das Teorias de Desenvolvimento Regional apresentadas desde a metade dos anos 50. Foi possível apresentar as várias contribuições conceituais que moldam os conceitos relacionados aos Fatores da Aglomeração Produtiva. Secundariamente realizou-se a aplicação dos índices de especialização e localização para o caso do Distrito Agro Industrial de Anápolis/GO - DAIA, buscando verificar como se comportaram os seus fatores produtivos e como classificá-los segundo a literatura existente sobre arranjos produtivos. O resultado da análise aponta que o DAIA não se caracteriza como um distrito industrial. Isso se explica em parte pelo fato de que na gênese do DAIA, inexistiu uma íntima interação entre empresas e comunidade local, sendo a presença desse aspecto tida como inerente aos distritos Marshallianos. A segunda parte da explicação aponta para a existência de mão-de-obra considerada não qualificada para atividade industrial. Outro ponto explicativo mostrou que o DAIA não valorizou as indústrias endógenas. E por último, a inexistência de estruturação de um distrito como um "Centro Radial", associado a um suporte do Estado via incentivos fiscais, mas sem a instalação de uma entidade pública (não lucrativa) presente no local. Conceitualmente, concluímos que o DAIA se enquadra no conceito de Polo de Crescimento Regional. Originalmente se tratou de um aglomerado de empresas, mas hoje o Arranjo farmacêutico é o principal elemento de origem para essa caracterização. Incluindo, presença/instalação de novos centros de formação de mão de obra.

No tocante a aplicação dos índices de especialização e localização, o estudo revelou uma alta especialização relativa do DAIA centrada na Indústria de Fármacos. Chamou atenção o fato de que a estrutura de emprego na Microrregião de Anápolis apresentou alteração entre os anos de 2002 e 2012 (impulsionado em boa parte pelo aumento da participação dos subsetores da Indústria Química, Alimentos e Bebidas e Construção Civil). Essa alteração também se deve a forte retração sofrida pela importância relativa do Comércio Varejista e a Agricultura. O Coeficiente de Reestruturação foi de 0,383, apesar dele não ser tão alto em termos quantitativos, é necessário observar que seu valor foi expressivo, pois esse processo ocorreu em um período de apenas 10 anos. E por fim, chama atenção a estrutura produtiva de Anápolis apresentar uma composição setorial um tanto semelhante a sua mesorregião Centro Goiano, o que é explicado pela representatividade do município na Mesorregião.

#### Referências

- Amaral Filho, Jair (1996), Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. Planejamento e Políticas Públicas. IPEA, n. 14, Brasil.
- Amaral Filho, Jair (2006), A endogeneização no Desenvolvimento econômico regional e local. Planejamento e Políticas Públicas, IPEA, n.23, Brasília, Brasil.
- Amato Neto (2000), Redes de cooperação produtiva e clusters regionais: Oportunidade para as pequenas e médias empresas. Fundação Vanzolini, São Paulo.
- Amorin Filho e Serra (2001), Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento. In: Andrade, Serra e Rodrigo Valente (org). Cidades Médias Brasileiras. IPEA, Rio de Janeiro.
- Altenburg, Tilman; Meyer-Stamer, Jorg (1999), How to promote clusters: policy experiences from Latin America. World Development. v. 27 n. 9, p 1693 -1713.
- Asheim, Bjorn Terje (2000), Industrial districts: the contributions of Marshall and beyond. In: Clark et al, The Oxford Handbook of Economic Geography, Oxford University Press, Oxford, p. 413-431.
- Bagnasco, Arnaldo (1988). La costruzione sociale del mercato. Il Mulino, Oxford.
- Baptista, Margarida Afonso Costa (2000), Política industrial, uma interpretação heterodoxa: IE-UNICAMP, (Coleção teses), Campinas.
- Beccattini, Giacomo (1987) Mercato e forze locali. Il distretto industriale. Il Mulino, Bologne.
- Beccattini, Giacomo (1989), "Il distretto industriale come ambiente creativo". In: Benedetti, E. (Ed). Mutazioni tecnologiche e condizionamenti internazionali, Franco Angeli, Milan.
- Benko, Georges; Lipietz, Alain. (1994). O novo debate regional: posições em confronto. In: Benko, Georges; Lipietz, Alain. (Orgs.). As regiões ganhadoras, distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica. Celta/Oeiras, Lisboa.
- Brusco, Sebastiano (1982), The Emilian model: productive decentralization and social integration. Cambridge Journal of Economics, v.6, p.167-189.
- Brusco, Sebastiano (1990), "The idea of the industrial district: Its genesis". In: Pyke, F. et al. (Eds). Industrial Districts and Inter-firm Cooperation in Italy, Geneva.
- Buarque, Sérgio (2008) Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento, Editora Garamond, Rio de Janeiro.
- Cano, Wilson (1998), Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil. 2. ed. UNICAMP.IE, Campinas.
- Cassiolato, José Eduardo; Lastres, Helena Maria Martins (2003). "O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas". In: Lastres, H; Cassiolato, José Eduardo; Maciel, M. (Orgs). Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local. Relume Dumará, Rio de Janeiro.
- Cassiolato, José Eduardo; Lastres, Helena Maria Martins (1999), Globalização & inovação localizada: experiência de sistemas locais no Mercosul. IBICT/MCT. p.799, Brasília.
- Castro, Joanna D'arc Bardello; Silva, Camila Vito (2012), Características socioeconômicas e condições de trabalho da Mulher no DAIA - Anápolis 2010-2011, IMB. Conjuntura Econômica Goiana. V.20, p. 38-47, Goiânia.
- Castro, Joanna D'arc Bardello (2004), Anápolis - desenvolvimento industrial e meio ambiente. Anápolis.

- Cavalcante, Luis Ricardo M. T. (2007), Produção teórica em economia regional: uma proposta de sistematização. Associação brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, Brasil.
- Christaller, Walter. Die zentralen Orte (1933), Eine ökonomischgeographische Untersuchung über die Gesetzmässigkeit der Verbreitung und Entwicklung der Siedlungen mit städtischen Funktionen. Jena, Gustav Fischer Verlag.
- Coraggio, José Luís. (1994), "A construção de uma Economia Popular como Horizonte para cidades sem rumo". In: Luiz César de Queiroz Ribeiro e Orlando Alves dos Santos Junior (org.) Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana: O Futuro das Cidades Brasileiras na Crise.: Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- Cunha, Wania Chagas Faria (2010). "Dinâmica regional e estruturação do espaço intraurbano: um estudo sobre as influências do DAIA na economia anapolina a partir de 1990-2009" Dissertação de Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.
- Dahlman, Carl J. (1984), "Technology and Indigenous Technological Capability in Brazil". In: Martins Fransman and Kenneth King (eds) Technological Capability in the Third World, Macmillan Press, London.
- Dias, Simone Silva; Campos, Neio Lucio de Oliveira (2010), "A relevância de Anápolis-Go no contexto do eixo Goiânia – Anápolis – Brasília". Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Geógrafos, Porto Alegre.
- Emerson, Ralph Waldo (1996), "Where do cities develop?" In O'Sullivan A. Urban Economics. 3. Ed., Chicago.
- Fochezatto, A. (2010), Desenvolvimento regional: novas abordagens para novos paradigmas produtivos. O ambiente regional. Três décadas de economia gaúcha, Brasil.
- Freeman, Christopher (1994). "The economics of technical change". Journal of Economics, v.18, p. 463-514.
- Freitas, Juvair Fernandes (2004), "A expansão urbana e a segregação socioespacial em Anápolis – Goiás". Dissertação de Mestrado do Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília.
- Garofoli, Gioachino (1989), Industrial districts: structure and transformation, Economic Notes, v. 19, n.1, pp. 37-54.
- Graves, Philips. E (1979), A Life-Cycle Empirical Analysis of Migration and Climate by Race. Journal of Urban Economics, pp. 135-47.
- Haddad, Paulo Roberto (1999), A competitividade do agronegócio e o desenvolvimento regional no Brasil: Estudo de Clusters, CNPq/Embrapa, Brasília.
- Hansen, Dean (2001), "Espaço Local e os Novos Processos de desenvolvimento econômico" em Nilton Pedro da Silva e Dean Lee Hansen (org). Economia Regional e Outros ensaios. Aracajú: UFS. 2001. 346p.
- Hirschman, Albert (1961). Estratégia do Desenvolvimento Econômico. Fundo de Cultura, Rio de Janeiro.
- Hotelling, Harold (1929), Stability in competition. American Mathematical Society, Economic Journal, v.39 p.41-57.
- Igliori, Danilo Camargo (2010), Economia dos Clusters Industriais e Desenvolvimento. FAPESP, Sao Paulo.
- Isard, Walter (1956), Location and Space Economy: A General Theory Relation to Industrial Location, Market Areas, Land Use Trade and Urban Structure, MIT Press, Cambridge.
- Lima, Ana Carolina da Cruz.; Simões, Rodrigo Ferreira (2009). Teorias do desenvolvimento regional e suas implicações de políticas econômicas no pós-guerra: o caso do Brasil. Belo horizonte.
- Lösch, August. The Economics of Location. Yale University Press, New Haven.
- Luz, J.S. A (2009), "(Re)produção do Espaço de Anápolis/GO: a trajetória de uma cidade média entre duas metrópoles, 1970-2009", Tese de doutorado em Geografia – Universidade Federal de Uberlândia.
- Marshall, Alfred (1982), Princípio de economia política, Abril cultural, v.1 (Os Economistas), São Paulo.
- Myrdal, Gunnar (1960), Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas. Biblioteca Universitária, [Primeira edição: 1957], Rio de Janeiro.
- Nelson, R.R.; Rosenberg, N. (1998), Science, technological advance and economic growth.
- Oliveira, B. et al. (2010), Boletim da secretaria de Desenvolvimento de Anápolis.n.3. dez, Anápolis.
- Oliveira, S.; Castro, Joana Dark Bardella (1999), "Anápolis, progresso e desenvolvimento: um estudo sobre a cidade centenária" em III Seminário de pesquisa dos professores da UEG.
- Perroux, François (1967), A economia do século XX. Lisboa.
- Perroux, François (1955), Note sur la Notion de Pôle de Croissance. Économie Appliquée, 7, Paris, p. 307-320.
- Porell, Frank. W. (1982), "Intermetropolitan Migration and Quality of Life." Journal of Regional Science 22, pp. 137-58.
- Porter, Michael Eugene (2000), "Location, competition, and economic development: local clusters in a global economy". Economic Development Quarterly, v. 14, n. 1, p. 15-34.
- Porter, Michael Eugene (1990), The competitive advantage of Nations. The Free Press, Macmillan.
- Possas, Maria Sílvia (2001), "Notas acerca da lógica de decisão e de expansão da firma. (texto para discussão nº 4)" in: Industrialização descentralizada: sistemas industriais locais, IPEA, Brasília.
- Prado, L. M. S. (2007), Anápolis - Polo industrial com potencial em infraestrutura e logística. Instituto Mauro Borges, SEPLAN.
- Pyke, F., Becattini, G.; Sengenberger, W. (1990), "Industrial districts and inter-firm co-operation in Italy", International Institute for Labour Studies, Geneva.
- Raud, Cécile. (1999), Indústria, território e meio ambiente no Brasil: perspectivas da industrialização descentralizada a partir da análise da experiência catarinense, Brasil.
- Redesist (2003), "Glossário sobre arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais". Rio de Janeiro, <<http://www.ie.ufrj.br/redesist/P4/textos/Glossario.pdf>>, 29 de Agosto de 2015.
- Richardson, Hary (1981), Economia Regional: Teoria da localização, estrutura urbana e crescimento regional, Zahar editores, Rio de Janeiro.
- Roelandt, T.J.A.; Hertog, P.D. (1999), "Cluster analysis and cluster-based policy making in OCDE countries: An introduction to the theme" In: OCDE Boosting Innovation: The Cluster Approach. Paris.
- Santana, M. (2005), DAIA - Princípio de desenvolvimento do Estado de Goiás, SEPLAN.
- Santos, O. R. (1999), "A política de industrialização em Goiás com os distritos agroindustriais – DAIA (1970-90)" Dissertação de Mestrado do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Goiânia.
- Schmitz, Hubert; Musyck, Bernard (1994), "Industrial Districts in Europe: Policy Lessons for Developing Countries?" in World Development, v. 22, n. 6, p. 889-910.
- Schmitz, Hubert. (1997), Collective Efficiency and Increasing Returns. Brighton: IDS Working Paper 50.
- Schumpeter, Joseph Alois (1982), Teoria do desenvolvimento. Abril Cultural, Rio de Janeiro.
- Scott, Allen J.; Storper, M. (1986), Production, work, territory (the geographical of industrial capitalism), Boston.
- Souza, Maria Carolina de Azevedo (1995), Pequenas e médias empresas na reestruturação industrial Brasil, Brasília.
- Spinola, Noélio Dantasle (2001), "A implantação dos distritos industriais como política de fomento do desenvolvimento regional: O caso da Bahia". Revista de Desenvolvimento Econômico, a. 3, n. 4, jul.
- Suzigan, Wilson et al., (2000), "Aglomerções industriais no estado de São Paulo" In: Anais do XXVIII Encontro Nacional de Economia. Campinas.
- Thomas, Morgan. (1979), Development, Technological Change, and the New International Economic Order, Geoforum. V.10. pp.129-140.
- Von Thünen, Johann Heinrich (1966), The Isolated State, Pergamon Press, New York.
- Weber, Alfred (1957), Theory of Location of Industries, 2. ed. University of Chicago Press, Chicago.

1. Universidade Estadual de Goiás, Anápolis, Brasil. ([joanabardella@brturbo.com.br](mailto:joanabardella@brturbo.com.br))

2. Universidade de Brasília, Brasília, Brasil.

3. As estruturas locais como universidades e instituições de pesquisa são vitais para definir uma estrutura humana regional. Logo, a capacidade tecnológica regional possui um vínculo direto de dependência com fatores como educação, pesquisa, redes interligadas de informação que passam a funcionar como gerador do ambiente econômico geral, e assim as empresas passam a seguir os trabalhadores e não o contrário. O setor público também pode afetar as escolhas locais das empresas por meio de políticas fiscais, subsídios especiais, redução de impostos, financiamentos para empreendimentos imobiliários. Se as vantagens competitivas são criadas e as potencialidades locais aproveitadas os atores sociais tem responsabilidade fundamental para a promoção do desenvolvimento local.

4. A cidade era fortemente comercial, com presença de olarias, matadouros, fábrica de refrigerantes, marcenaria, fiação, beneficiadoras de arroz, café e algodão para produção local e regional. A produção era para abastecimento local e suas indústrias não contemplavam a vocação já existente, isso distanciou o DAIA da definição teórica que "valoriza as indústrias endógenas". Isso é explicado pela falta de crédito local, juros altos sobre os recursos disponíveis, escassos recursos tecnológicos.

---

Vol. 37 (Nº 08) Año 2016

[\[Índice\]](#)

[En caso de encontrar algún error en este website favor enviar email a [webmaster](#)]